

Reflexões sobre o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil implementado no destino indutor de São Raimundo Nonato–PI

Josilene Barbara Ribeiro Campos¹
Marustschka Martini Moesch²
Káise Canuto da Silva³

RESUMO

A criação do Ministério do Turismo em 2003 provocou uma mudança nos padrões de organização do turismo, que foi alicerçada com Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esse processo tem provocado contínuas mudanças e avanços no desenvolvimento do turismo nas mais diversas regiões do Brasil. Diante dessa nova perspectiva, o turismo se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento viável para que localidades alcancem um nível econômico, social, cultural e ambiental favorável a promover a equidade social de suas populações, graças ao turismo ser um fenômeno sistêmico que proporciona ações de forma integrada. Em diversas localidades do país, o PRT foi implementado, tendo sido eleitos 65 destinos indutores. Sabe-se, porém, que os benefícios do PRT, não atingiram de forma igualitária e eficiente todos os destinos indutores. Neste contexto, o objetivo desse artigo é fazer uma análise do processo de implantação no município de São Raimundo Nonato, considerado destino indutor do Turismo no Estado do Piauí. Aborda-se, resumidamente, a implementação das Políticas Públicas de Turismo, e como se deu o processo de implementação do PRT em São Raimundo Nonato-PI. Explicita-se também, algumas análises e reflexões feitas no município após quase uma década de PRT. Esse estudo foi realizado através de revisão teórica, de nível exploratório com procedimento técnico de análise documental.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo. Programa de Regionalização. Desenvolvimento do Turismo; São Raimundo Nonato-PI.

1 INTRODUÇÃO

O turismo se apresenta como um fenômeno grandioso, face à sua capacidade de gerar divisas e recursos, criar empregos e incentivar o surgimento de novas atividades afins, quando planejado e implantado de forma responsável

Os dados apresentados pelo Ministério do Turismo dão conta que 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o país, deixando uma receita de 6.842,63 milhões de dólares

¹ Mestranda em Turismo pela Universidade de Brasília - UnB. Docente do Instituto Federal do Piauí IFPI josilene.campos@ifpi.edu.br

² Doutora em Relações Públicas, Publicidade e Turismo. Coordenadora do Mestrado Profissional da Universidade de Brasília(UnB)/Docente do Centro de Excelência em Turismo- UnB), marumoesch@gmail.com.

³ Especialista em Geografia .Docente do Instituto Federal do Piauí. Kaise_canuto@ifpi.edu.br

(Brasil,2013). De acordo, com a International Congress e Convention Association (ICCA), o Brasil ocupa o 1º lugar entre os países latino-americanos que mais recebem eventos internacionais, é o 2º no continente americano e o 7º lugar no mundo.

No Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (TTCI- sigla inglesa), uma média dos fatores que avaliam se um país é atraente para investimentos em turismo, o Brasil ficou em 28º lugar entre os 141 países avaliados, sendo a terceira melhor pontuação do continente americano, ficando atrás de Estados Unidos e Canadá. A principal vantagem competitiva foram seus recursos naturais, critério no qual o país ficou em primeiro lugar entre todos os países considerados.

O Best in Travel 2014, uma classificação anual dos melhores destinos feita pelo guia de viagens Lonely Planet, classificou o Brasil como melhor destino turístico de 2014. Não resta dúvida, que são cifras e dados extremantes relevantes para um país que está em busca de desenvolvimento e equidade econômica e social, através do empreendedorismo e empoderamento, e que podem ser proporcionadas pelo fenômeno turístico se planejado de forma sistêmica, responsável

O objetivo desse artigo é fazer uma análise do processo de implantação do Programa de Regionalização Turismo – Roteiros do Brasil, em São Raimundo Nonato, um dos destinos indutores do Piauí, provocando reflexões, se de fato houve, uma evolução no desenvolvimento do turismo na localidade, e conseqüentemente alterações no contexto sócio-econômico da local.

Para construção teórica e análise metodológica serão realizadas pesquisas bibliográficas pertinentes ao assunto, além de análise documental, onde serão levantadas informações socioeconômicas e turísticas de São Raimundo Nonato, dados e histórico sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara, Museu do Homem Americano, ações do Programa de Regionalização na localidade, ações da Secretaria Estadual de Turismo, dentre outros para que haja uma contextualização de como tem sido a trajetória do PRT em São Raimundo Nonato. Esses dados serão recolhidos em documentos do Ministério do Turismo, IBGE, arquivos da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros.

Após o recolhimento das informações será construída a base teórica para procedermos às análises e reflexões sobre a implantação do Programa de Regionalização do Turismo em São Raimundo Nonato-PI.

Para melhor contextualização dessa pesquisa, explicitaremos resumidamente a seguir, como se estabeleceram as bases da implementação das Políticas Públicas de Turismo no nosso país, com a criação do Ministério do Turismo em 2003 e a análise do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, principal programa do Ministério para implementação e desenvolvimento do turismo nas diversas localidades do Brasil. Além de proceder a análise nos documentos do MTUR e para fazer a análise do contexto sócio-econômico do turismo de São Raimundo, utilizamos o relatório do Índice de Competitividade

do Turismo Nacional, realizado pela Fundação Getúlio Vargas com os destinos indutores selecionados pelo MTUR e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

2 A Implantação do Ministério do Turismo e o impacto dos Planos Nacionais de Turismo numa agenda específica

Parte-se da concepção de que Políticas Públicas são “como a teoria política ou conhecimento dos fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas (nações, estados, municípios ou distritos especializados”. (Heidemann, 2010, p. 29). Para este autor o conceito de Política Pública é algo que deve englobar muito mais que uma intervenção do Estado mas que essa intervenção reúna em sua ação uma integração daquele contexto como um todo, de forma a atingir o político, o social, ambiental e o que se relacionar com estes.

Um outro conceito também seguindo essa linha, nos é apresentado por Gastal e Moesch (2007) que nos diz:

O conceito de políticas públicas se constrói, historicamente, como conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Nos dando uma imediata idéia de democratização, acesso, coletivo, as políticas públicas só existem e fazem sentido por que são formuladas para transformar realidades sociais, proporcionando melhoria na sociedade como um todo. (p.4)

No Brasil, as primeiras iniciativas do Estado para estabelecer ações intervencionistas relativas às políticas de Turismo ocorreu a partir de 1939, com a criação do Decreto-lei nº 1.915 de 27 de novembro de 1939, que criou a Divisão de Turismo, que é considerada o primeiro organismo oficial de turismo, em nível federal.

Como essa trajetória de organização da Políticas Públicas teve início a partir de 1939 e entre recuos e avanços, culminou com a criação do Ministério do Turismo em 2003, apresentamos um quadro com um resumo das criação dos principais órgãos e políticas de turismo com referidos governos.

Quadro 1 – Cronologia das Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Implementação Cronológica das Políticas Públicas de Turismo	
1958	Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR
1966	Conselho Nacional de Turismo – CNTUR e Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR
1971	Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR
1976	Departamento de Aviação Civil- DAC
1988	O turismo é citado na Constituição Brasileira em seu art.180, no qual se atribui responsabilidades iguais a todos os níveis governamentais.
1992	Plano Nacional de Turismo – Governo Collor
1993	Lançamento diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo
1994	Plano Nacional de Municipalização de Turismo – PNMT – Governo Itamar Sousa
1994	Implantação do PRODETUR - NE
1996	Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas – Governo Fernando Henrique
1997	Instalação dos Comitês “Visit Brasil”, investimentos em promoção no exterior.
2003	Criação do Ministério do Turismo - MTUR
2003	Criação do Plano Nacional de Turismo (2003-2007)
2004	Implantação do Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil

Fonte: Beni (2006). Adaptado pela autora.

Importa destacar, que essas Políticas muitas vezes, não chegaram a se cumprir de fato, a exemplo do “Plano Nacional do Governo Collor, que por apresentar um governo com forte instabilidade, o presidente acabou sofrendo afastamento antes do término do mandato. E outro destaque, é relevante fazer acerca das Políticas de Turismo, estarem alocadas em departamentos ou Ministérios que não gerenciavam especificamente o turismo, razão pela qual houve um longo período até que houvesse uma política setorial de turismo, o que só veio a ocorrer em 2003, com a criação do Ministério do Turismo.

A implantação da Política de Turismo no Brasil só se consolidou de fato com a criação do Ministério do Turismo em 2003 pelo Governo Lula, quando foi considerado como política estruturante do modelo de desenvolvimento e distribuição de renda.

Para que isso ocorresse não havia mais como ignorar que destinos turísticos consolidados ou em processo de organização precisavam dispor de uma ferramenta essencial que viria da implantação dessa Política o processo de planejamento territorial.

Da importância da implantação de uma política de turismo Beni (2001) afirma que:

É a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios cultural e natural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia), e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país, ou de uma região e seus produtos finais. (p.177)

Pode-se compreender através da citação do autor o quanto é complexo a implementação de uma política, mas o turismo carecia de um planejamento estruturante, de um novo olhar para o território em seus processos de desenvolvimento endógenos, pelo menos no plano idealizado do pensar-planejar-agir-avaliar e de forma retroalimentativa continuar esse ciclo de gestão.

O Ministério do Turismo criado, segundo Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, oficialmente, tem como objetivo desenvolver o turismo como uma atividade econômica

sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. A Secretaria Executiva auxilia o Ministro de Estado na definição de diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional de Turismo em observância às diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo. A Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo auxilia na elaboração, na formulação e no monitoramento orientada pelas diretrizes e subsídios propostos pelo Conselho Nacional de Turismo, além de ser responsável pela promoção interna e zelar pela qualidade da prestação do serviço do turismo brasileiro. A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo tem como objetivo subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao fortalecimento do turismo, além de promover o desenvolvimento da infraestrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. A EMBRATUR, nesse mesmo ano teve sua atuação reformulada e, concentra-se a partir desse momento, na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. (Brasil, 2003).

Ainda em 2003, o governo estimulado pelas metodologias de planejamento participativo e estratégico, divulgou o denominado Plano Nacional de Turismo - PNT: diretrizes, metas e programas 2003/2007, elaborado pela composição da sociedade civil organizada, políticos e técnicos do então fundado ministério.

O Plano Nacional de Turismo era composto por sete macroprogramas: Gestão de Relações Institucionais; Fomento; Infraestrutura; Estruturação e Diversificação da Oferta Turística; Qualidade do produto turístico; Promoção e apoio à comercialização e Informações turísticas. O PNT foi formulado tendo como modelo uma política de gestão descentralizada e participativa, sendo o turismo, priorizado como política pública para o governo para impulsionar desenvolvimento econômico.

Diante desse novo cenário em que o Governo Lula colocou o Turismo como prioridade a partir da criação e estruturação do Ministério e o estabelecimento de uma política consistente foram lançadas em 2004, as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. O Ministério do Turismo apresentou diferentes arranjos produtivos, em 219 regiões, com 3.203 municípios. O Programa é fruto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007: Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, que teve como ponto de partida o debate nacional com os segmentos representativos da sociedade, de modo a promover o desenvolvimento turístico sustentável de forma regionalizada no Brasil.(Brasil, 2004).

O turismo no Brasil já tinha implantado um plano turístico com enfoque participativo com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e agora teria uma nova proposta, o PRT trouxe como premissa básica uma melhor conexão das esfera federal com Estados, Municípios e sociedade, tendo a regionalização como eixo norteador, colocada em seu documento como:

A Regionalização do Turismo é um modelo de gestão da política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. Regionalizar é transformar a

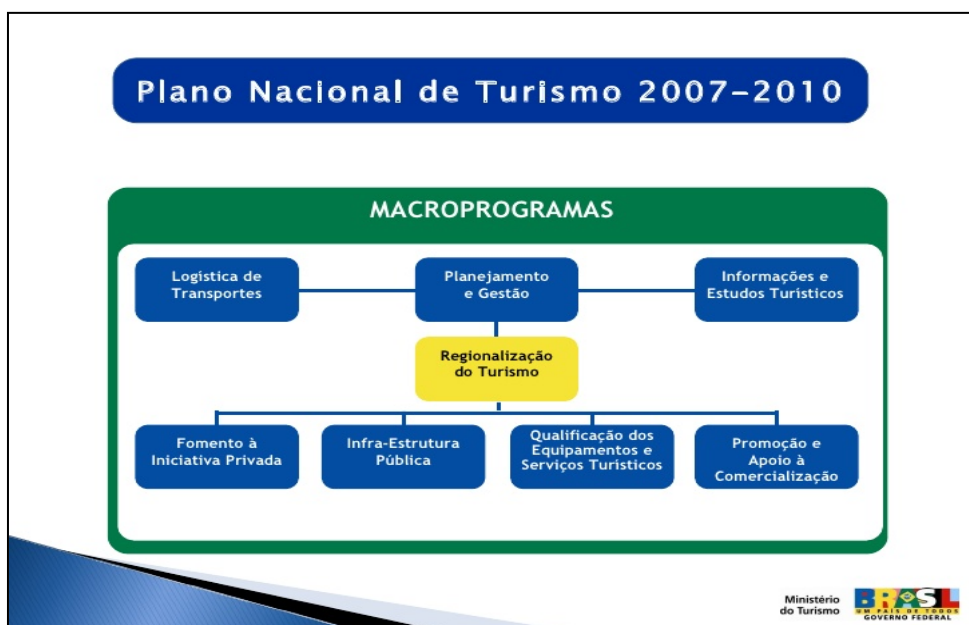
ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual, nacional de forma articulada e compartilhada. (Brasil, 2004).

De fato, foi uma proposta ousada, por ter em sua essência a busca pelo diálogo com outros setores relacionados ao turismo, mas, sem dúvida, a prioridade foi a de estabelecer uma conexão com poder público, estadual, municipal, empresários e comunidade, de modo que, os benefícios alcançados pudessem ser equitativamente divididos. Não resta dúvida, que o desafio na implementação do PRT, sobretudo, se pensarmos as dimensões do nosso país, foi desafiador e resultou em diferentes processos de participação e cooperação entre público e privado.

A implementação do Programa de Regionalização foi realizada através de 9 Módulos Operacionais, a saber: Sensibilização, Mobilização, Instância de Governança, Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, Sistema de informações turísticas do Programa, Roteirização Turística, Promoção e apoio à comercialização e Sistema de Monitoria e Avaliação do programa, os módulos eram articulados e implantados nas regiões definidas pelo Ministério com articulação dos representantes do MTUR, interlocutores estaduais e representantes municipais.

A partir do lançamento do PNT 2007-2010, o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil passa a ter um papel de destaque diferentemente do PNT 2003-2004 em que era uma ação do Macroprograma 4, no novo plano o PRT passa a ter um status de Macroprograma, de onde emanam outros quatro Macroprogramas, conforme figura abaixo:

Figura 1– Plano Nacional de Turismo 2007-2010



Fonte: MTUR, PNT – 2007/2010

Numa evidente demonstração de como a Política Nacional de Turismo foi caminhando para seu fortalecimento, e estabeleceu bases sólidas foi o Programa Base que ampliou os objetivos e conseguiu se firmar como uma ação que promoveu novos arranjos produtivos locais, com a organização de mais de 400 roteiros divulgados e comercializados nos Salões de Turismo promovidos em São Paulo, evento que aconteceu aproximadamente por 10 anos.

3 O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e o processo de implantação em São Raimundo Nonato-PI

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil lançado em 2004 pelo Ministério do Turismo é uma ação estruturante da Política Nacional de Turismo, “considerado estratégico, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território”. (Brasil, 2013, p. 21).

O PRT teve como essência a descentralização de sua gestão, como foco no desenvolvimento regional sustentável, o que deveria ter fortalecido muito a questão da territorialidade, segundo o Programa território é:

(...) território é lugar de integração do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza com a cultura e os recursos disponíveis. Esta noção de território propõe uma coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos, representantes políticos superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento. (Brasil, 2004, p.11).

Diante da concepção de território, o programa de regionalização colocava um enorme desafio para que nas localidades fossem estimulados novos arranjos produtivos locais, com base no empreendedorismo, uma vez que o que turismo deveria criar oportunidades de crescimento para todos, gerando parcerias e um cenário favorável a população direta e indiretamente envolvida com o turismo.

As diretrizes do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil que se constituem nas premissas de sua execução foram: Abordagem Territorial, Integração e Participação Social, Inclusão, Descentralização, Sustentabilidade, Inovação e Competitividade.

Foram realizadas algumas ações prévias até que o PRT começasse a ser de fato implementado nas regiões, como organizado o primeiro mapa de regionalização do Turismo, identificando 219 regiões turísticas com 3.203 municípios, contendo todas as unidades da federação. A partir desse desenho territorial de potencialidades para o turismo, foi iniciada a seleção das regiões turísticas, de 219 regiões inventariadas, 134 foram selecionadas e destas foram apresentados 415 produtos, no 1º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. (Brasil, 2004).

Gradualmente, foram acontecendo às implementações do PRT nas diversas regiões do País, no Estado do Piauí, o lançamento do programa ocorreu no dia 12 de agosto de 2008, 4 anos depois do PRT ser lançado como política nacional, evidenciando um processo bastante tardio em relação a outros Estados.

Em 2005, foram realizadas oficinas com a participação de representantes dos municípios interessados do Estado do Piauí tinham como objetivo decidir sobre a metodologia de dividir o Piauí em regiões turísticas, de acordo com a proposta da política de regionalização. O encaminhamento foi a identificação de 5 regiões turísticas num total de 86 municípios, a saber, Pólo Teresina, Pólo Costa do Delta, Pólo Aventura e Mistério, Pólo Histórico-Cultural e Pólo das Origens, onde está localizado o município de São Raimundo Nonato, objeto de análise deste artigo. (Brasil, 2011)

O município de São Raimundo Nonato historicamente teve seu processo de ocupação marcado por uma luta entre os desbravadores da região (vindos de outras capitanias) e os índios que ali habitavam.

Em 1912 São Raimundo foi elevado a categoria de município, teve população estimada de 33.802 habitantes, apresenta-se como maior produtor de caprinos do Estado, faz parte da Microrregião que leva o nome do município. Caracterizado por um clima semiárido, com bioma predominante da caatinga, sua economia se sustenta, predominantemente, do setor de serviços. (IBGE, 2015). Esse município apresenta-se com forte potencial turístico pois lá estão localizados a Serra da Capivara, Museu do Homem Americano, e ainda a Serra das Confusões, ainda não estruturada para visitação conforme mapa da Figura 2.

Figura 2 – Mapa do Piauí



Fonte: imagem da internet, 2016

O Parque Nacional da Serra da Capivara é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza localizada nos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

Criado em 1979 para preservar vestígios da mais remota presença do homem na América do Sul. Subordinado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) [...] em 1993 passou a constar no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN. A área faz parte de um dos 63 parques nacionais do Brasil e está entre as dez que protegem a caatinga, sendo constituída de 40% da caatinga protegida no país. (IPHAN, 2016)

Área de maior concentração de sítios pré-históricos do continente americano foi tombado em 13 de dezembro de 1991 pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Contém a maior quantidade de pinturas rupestres do mundo. Estudos científicos confirmam que a Serra da Capivara foi densamente povoada em períodos pré-históricos. Os artefatos encontrados apresentam vestígios do homem há 50.000 anos, os mais antigos registros na América. Existem atualmente 737 sítios arqueológicos catalogados onde foram encontrados artefatos líticos, esqueletos humanos, pinturas rupestres com aproximadamente 30.000 figuras coloridas, que representam cenas de sexo, de dança, de parto, entre outras. (Rodrigues, 2012).

Abaixo duas figuras do Parque Nacional da Serra da Capivara, a figura 3, representa uma das imagens mais simbólicas da Serra, e a figura 4, um momento de visita, em que observa-se que pela imagem que o Parque está estruturado para receber turistas que necessitam de acessibilidade diferenciada.

Figura 3 – Pintura rupestre



Fonte: Internet, 2016

Figura 4 – Visita guiada na Serra



Fonte: internet, 2016

Segundo Rodrigues (2012),

O sítio de Pedra Furada, também localizado no Parque, foi encontrado na década de 1960. Vem sendo estudado desde o início da década de 1970, por uma equipe de estudiosos coordenada pela arqueóloga Niéde Guidon". A equipe de arqueólogos, pesquisa supostos vestígios da presença humana, que teriam entre 48 a 40 mil anos. No local, foram encontrados além de

pinturas rupestres, instrumentos de pedras lascadas, vestígios de fogueiras e cacos de cerâmicas de diferentes épocas. Submetidos ao Carbono 14, esses indícios foram datados em até 50 mil anos. Portanto, as pesquisas arqueológicas dirigidas por Niède Guidon, sugerem que os homens pré-históricos habitavam o Brasil há, aproximadamente, 50 mil anos.

No Boqueirão da Pedra Furada (figura 5), são realizados diversos eventos, apresentações teatrais, gravação de comerciais, exposições, e outras atividades artísticas e culturais, promovidas tanto pela comunidade, como pelos gestores do parque, e universidades que funcionam em São Raimundo Nonato.

Figura 5– Boqueirão da Pedra Furada/ Serra da Capivara



Fonte: internet, 2016

Uma outra atração, considerada fonte de renda que é fruto das pinturas rupestres encontradas nas pedras e cavernas na Serra da Capivara, é a produção de cerâmica com a reprodução dessas imagens, conforme mostra a figura 6.

Figura 6 – Cerâmica que reproduz as pinturas rupestres da Serra



Fonte: internet, 2016

Esse processo de fabricação da cerâmica teve início em agosto de 1994. A Cerâmica Serra da Capivara está localizada no povoado do Barreirinho, na área de entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no município de Cel. José Dias.

A motivação de sua criação foi possibilitar às pessoas que moravam na área de entorno uma nova atividade como fonte de renda, diminuindo, assim, a depredação do meio ambiente (fauna e flora característicos da caatinga) e do patrimônio cultural do Parque (pinturas rupestres e vestígios arqueológicos).

Desde o início, foi dado um treinamento para o pessoal do povoado e, ao longo dos anos, foi se fazendo uma seleção do pessoal. Atualmente, a cerâmica está gerando 28 empregos diretos, onde 22 deles são artesãos das localidades no entorno à cerâmica, ou seja, hoje são 22 famílias que tem seu sustento garantido a partir da comercialização das peças Cerâmica Serra da Capivara. É meta da empresa aumentar as vendas para aumentar a produção para gerar mais empregos. Além de toda a beleza e funcionalidade das peças Cerâmica Serra da Capivara, existe um valor social agregado que contribui com o desenvolvimento da região e protege o patrimônio cultural e ecológico do Parque Nacional Serra da Capivara. Todo funcionamento da cerâmica obedece à Legislação Ambiental vigente no país. No cenário nacional, hoje é a única empresa do ramo, que trabalha licenciado pela Defesa Sanitária. (ceramicacapivara.com, 2016).

A comercialização da cerâmica é consumida por visitantes e turistas do Brasil e do mundo, já produz para grandes lojas nacionais, como a Tok&Stok, grupo de Supermercados Pão de Açúcar, além de serem exportadas para outros países como Itália e França.

A gestão do parque é realizada, desde 1911 pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), chefiado pela arqueóloga Niéde Guidon, que foi a responsável pela organização dos sítios arqueológicos em Parque Nacional, no ano de 1979, com base na legislação e requisitos do governo federal.

O Parque Nacional da Serra da Capivara se constitui no principal atrativo turístico de São Raimundo Nonato, motivo pelo qual esse município se tornou um destino indutor, que para o MTUR (Brasil, 2004), “destinos indutores são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativos números de turistas para o seu entorno”. Isso, quer dizer, que quando o MTUR adota um destino como indutor, está implícito que estes deveriam possuir infraestrutura básica e turística, caracterizando como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos.

O Museu do Homem Americano, está instalado na Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), localizada no município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, foi criado pelos pesquisadores de uma cooperação científica binacional (França-Brasil), cuja equipe formada por cientistas de diversos países trabalha nessa região desde 1973 debruçado no tema “O Homem no Sudeste do Piauí: da Pré-História aos dias atuais.

No Museu estão expostos os resultados de 39 anos de pesquisas realizadas na região do Parque Nacional. Junto a ele, estão as reservas técnicas que abrigam as coleções de materiais arqueológico (Figura 7), paleontológico, zoológico e botânico, bem como os laboratórios e os serviços administrativos da instituição. A história do Homem, desde há

100.000 anos, até o momento da chegada do colonizador branco é retratada na exposição. (FUMDHAM, 2016)

Figura 7 – Exposição do material arqueológico



Fonte: site da FUMDHAM, 2016

Localizado na caatinga, O Museu do Homem Americano, tem uma organização impressionante, criado com tecnologia de ponta, climatizado, possui 4 ambientes, painel interativo onde são exibidas as principais pinturas e seus significados, televisões mostram escavações feitas em parceria com a França na década de 70, acessibilidade, elevador, além de ser auto-explicativo, onde é possível contemplar e conhecer sem a necessidade de guias.

A figura abaixo mostra o painel interativo, com exibição da pintura arqueológica e reprodução do som, uma impressionante experiência para turistas, visitantes e comunidades.

Figura 8 - Painel Interativo do Museu



Fonte: site da FUMDHAM, 2016

Nesse cenário e com a diversidade de atrativos que São Raimundo apresenta, seria razoável que o desenvolvimento do turismo na região, pudesse ter avançado níveis significativos, no entanto, não é o que tem demonstrado as diversas avaliações realizadas pelo MTUR e pelas pesquisas de demanda turística desempenhadas na localidade.

Dentro deste debate, a pesquisa de demanda turística realizada pela CERPRO⁴ aponta o pouco incremento da demanda turística nacional e menos ainda internacional, o relatório da pesquisa de junho de 2008 demonstra que, 99,6% dos visitantes eram do Brasil, e 0,4% do exterior, isso equivale a 2 visitantes estrangeiros na alta estação, percentuais que não foram alterados nas pesquisas aplicadas até o ano de 2013, em que o destino já poderia contar com um certo amadurecimento por conta do planejamento e sobretudo, porque há um programa de turismo voltado para essa localidade.

Fato esse, provavelmente, agravado pela falta de acesso adequada considerando que São Raimundo fica distante 570km da capital do Piauí, Teresina e por quase 30 anos ficou à espera da construção de um aeroporto, que finalmente, foi inaugurado em 2015, e ainda não começou a operacionalizar vôos, depois de quase um ano de implantação.

Após 4 anos da implementação do PRT em São Raimundo Nonato, ainda são apontadas situações básicas de infraestrutura não resolvidas, a exemplo da questão da falta de saneamento, ausência do Corpo de Bombeiros, falta de banheiros públicos, lixeiras e inexistência de transporte urbano. (Canuto, 2011)

Dados apontados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional de 2015, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, com os 65 destinos indutores selecionados pelo MTUR e SEBRAE explicitaram que ao analisar o destino indutor São Raimundo Nonato, não houve nenhum item das 13 dimensões que ficasse no nível 5, nível máximo da escala, atrativos turísticos ficou com nível 4, e as demais não chegaram ao nível 2, a saber, Infraestrutura Geral, Serviços e Equipamentos Turísticos, Economia Local, Capacidade Empresarial, Acesso, Marketing e Promoção, Cooperação Regional, Aspectos Sociais, Culturais, Ambientais, Políticas Públicas e Monitoramento.

Não havendo demanda turística significativa e alcançando índices baixos de crescimento nos itens Economia Local e Capacidade Empresarial, conforme Índice de Competitividade do MTUR, pode se considerar que o município de São Raimundo Nonato, ainda não se beneficiou de forma eficaz da implementação do PRT.

Isso é agravado ao analisarmos o item do Índice de Competitividade do Turismo Nacional do MTUR, que se refere às Políticas Públicas se apresenta com o pior índice do relatório e se mostra como um grande desafio para o desenvolvimento do turismo,

foram observados ausência de órgão gestor do turismo (secretária municipal de turismo), Instância de Governança inativa, ausência de investimentos diretos do governo federal e estadual em projetos ligados ao MTUR, nenhum convênio com o Ministério de Turismo, inexistência do Plano Diretor Municipal atualizado, carência de planejamento formal para o setor de turismo, que defina diretrizes e metas para os próximos anos.(Brasil, 2015, p.28).

⁴ CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. Relatório da Pesquisa de Demanda Turística: Teresina, Parnaíba, Luis Correa e São Raimundo Nonato-PI. Piauí, 2003

Ademais, é importante destacar segundo Burns (2002), que “definições de desenvolvimento devem permitir que façamos ligações entre crescimento econômico, implicações biológicas (saúde, expectativa de vida e etc) e bem estar individual.” (p.170)

Pode-se compreender que o turismo poderia sim, ser utilizado como uma estratégia de desenvolvimento para essa localidade, que não apresenta grande investimento na agricultura, até mesmo por conta de sua situação climática, e não tem um parque industrial. O turismo arqueológico sem dúvida, viria a ser razão de um modelo de desenvolvimento endógeno de base territorial, mas o que é possível identificar é que a indicação do município como indutor regional foi baseado em sua potencialidade e não nas reais condições de seu alavancamento como indutor de uma região com contradições tão gritantes, de um lado um patrimônio arqueológico só comparado as grutas do Vézere (Lascaux) na França, e de outro apresentando indicadores de IDH de 0,66, um dos piores do Brasil. O que faz questionar quais são os pré-requisitos de um processo de planejamento que avance de proposições abstrato formais para reais condições técnicas-metodológicas que empoderem as comunidades e prefeituras para fazer do turismo um processo que eleve o nível de expectativa de vida aos seus moradores.

5 Considerações Finais

Ao longo dessas reflexões e análises sobre o contexto sócio-econômico e turístico do destino indutor São Raimundo Nonato, tem-se um enorme contraditório por um lado temos um atrativo singular mundial, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, com todo seu legado cultural e importância arqueológica não só para São Raimundo, mas para o mundo.

Por outro lado, em primeiro lugar, tem-se uma completa desarticulação política, que não tem favorecido o desenvolvimento do município ou investido de forma eficaz para que não só turistas tirassem proveito da visita ou dessa experiência de viagem, mas que todos fossem beneficiados pelo tão debatido efeito multiplicador do turismo.

Na abordagem inicial deste trabalho o Brasil foi apresentado em diversos rankings positivos por conta dos seus atrativos, mas ao que parece mesmo em localidades que atrativos são únicos no Brasil, na América do Sul e porque não dizer no mundo, ainda esbarram na falta de vontade política e na falta de investimento em qualificação em turismo para que houvesse um avanço nos programas criados e implementados pelo Governo Federal.

É imperioso que haja um despertar nesse sentido, de valorização e investimentos dos patrimônios e atrativos que estão em locais mais distantes do país, e uma estratégia importante para que isso acontecesse seria lançar mão do turismo, de forma eficaz, não resta dúvida é um desafio, mas deixamos essa reflexão do que tem sido realidade nesse destino, que tem enfrentado diversas barreiras para receber os benefícios do fenômeno turístico e garantir melhorias de vida para sua população, tão carente de possibilidades de crescimento, empregabilidade e renda.

REFERÊNCIAS

- Beni, Mário Carlos. (2001) *Análise estrutural do Turismo*. 4 ed. rev. São Paulo; SENAC.
- Beni, Mário Carlos. (2006) *Política e Planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Burns, Peter M. (2002) *Turismo e Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos,
- Brasil. (2007). *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo*. Brasília: MTUR.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2008). *Programa de Qualificação à Distância para o Desenvolvimento do Turismo*. Florianópolis: SEAD/UFSC.
- Brasil. Ministério Do Turismo. (2003). *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2007*. Brasília, DF: MT.
- Brasil. Ministério Do Turismo. (2007). *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2007/2010*. Brasília, DF: MT.
- Brasil. Ministério Do Turismo. (2013). *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2013/2016*. Brasília/DF: MT.
- Brasil. Ministério Do Turismo. (2004). *Programa de Regionalização- Diretrizes*. Brasília/DF: MT.
- Brasil. Ministério Do Turismo. (2013). *Programa de Regionalização - Diretrizes*. Brasília/DF: MT.
- Brasil. Ministério Do Turismo. (2015). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: São Raimundo Nonato*. Brasília, DF.
- Canuto, Kaíse. (2011) *Política Pública como estratégia de desenvolvimento da atividade turística no Piauí: uma análise do Programa de Regionalização*. Piauí, 2011. Monografia (Curso de Turismo), Universidade Estadual do Piauí.
- Cerâmicacapivara.com. *Serra da Capivara*. [Acesso em: 06 jun.2016] Disponível em: <http://www.carasdobrasil.com.br/serra-da-capivara/>
- CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. *Relatório da Pesquisa de Demanda Turística: Teresina, Parnaíba, Luis Correa e São Raimundo Nonato-PI*. Piauí, 2003
- Cruz, Rita de Cássia. (2001). *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto.
- Fratucci, A. C. Turismo e Território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em Turismo. Rio de Janeiro, v.14, supl.1, pg. 87-96, Nov.2014
- GastaL, Susana; Moesch, Marutschka. (2007). *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Heidemann, Francisco G. e Salm, José Francisco. (2010). *Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Históriasmais.(2005). *O sítio arqueológico de Pedra Furada*. [Acesso em: 06 jun.2016] Disponível em: <http://www.historiamais.com/sitioarqueologico.htm>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisas de informações básicas municipais*. [acesso em 01 jun 2016] Disponível em: www.ibge.gov.br.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Parque Nacional Serra da Capivara (PI)*. [Acesso em 06 jun. 2016].Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/42>

Rodrigues, Joselina Lima Pereira. (2012). *Geografia e História do Piauí: Estudos Regionais*. Teresina: Halley S.A.

SANTOS, N. P. Turismo, gestão e Território. *Caderno Virtual de Turismo*.Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em Turismo.Rio de Janeiro, v.14, supl.1, pg. 66-86, Nov.2014

TOMAZZONI, Edegar Luís POSSAMAI, Ana Maria, LOVATEL, Rodrigo. *Turismo no município de Bento Gonçalves (RS): Análise do Desenvolvimento de um destino indutor no Brasil*. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v.4, nº 02, p-5-30, ago. 2010